



ESPECIALIZAÇÃO EM ATUAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



ESCOLA BRASILEIRA
DE ATUAÇÃO NOS
TRIBUNAIS SUPERIORES

ESPECIALIZAÇÃO EM ATUAÇÃO NO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

RESOLUÇÃO DO CONSTIT

observação (3 graus d

No que

Maxim

tribunais

Medic

Minis

tribunais do Supremo Tribu

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais

tribunais



A ESPECIALIZAÇÃO

A atuação eficiente perante o Supremo exige conhecimento, não apenas dos precedentes, mas do desenho deliberativo do Tribunal, do Regimento Interno e de nuances práticas decorrentes da complexificação da jurisdição constitucional em sentido amplo. Esse conhecimento é singular. E é isso que essa especialização vai agregar.



NETWORKING
DE ALTO NÍVEL

NETWORKING DE ALTO NÍVEL



A especialização conta com um processo de qualificação da turma. O objetivo é garantir que cada um dos profissionais-alunos contribua para que o nível dos debates e das trocas de experiências seja sempre elevadíssimo.



APRENDIZAGEM
PRÁTICA

APRENDIZAGEM PRÁTICA



A ideia do curso é oferecer todo o instrumental para a atuação eficiente de advogados perante o STF.



OS MELHORES
PROFESSORES

OS MELHORES PROFESSORES



Aprenda com profissionais que possuem ampla experiência acerca dinâmica dos tribunais superiores.



CERTIFICADO
PELO MEC

CERTIFICAÇÃO PELO MEC



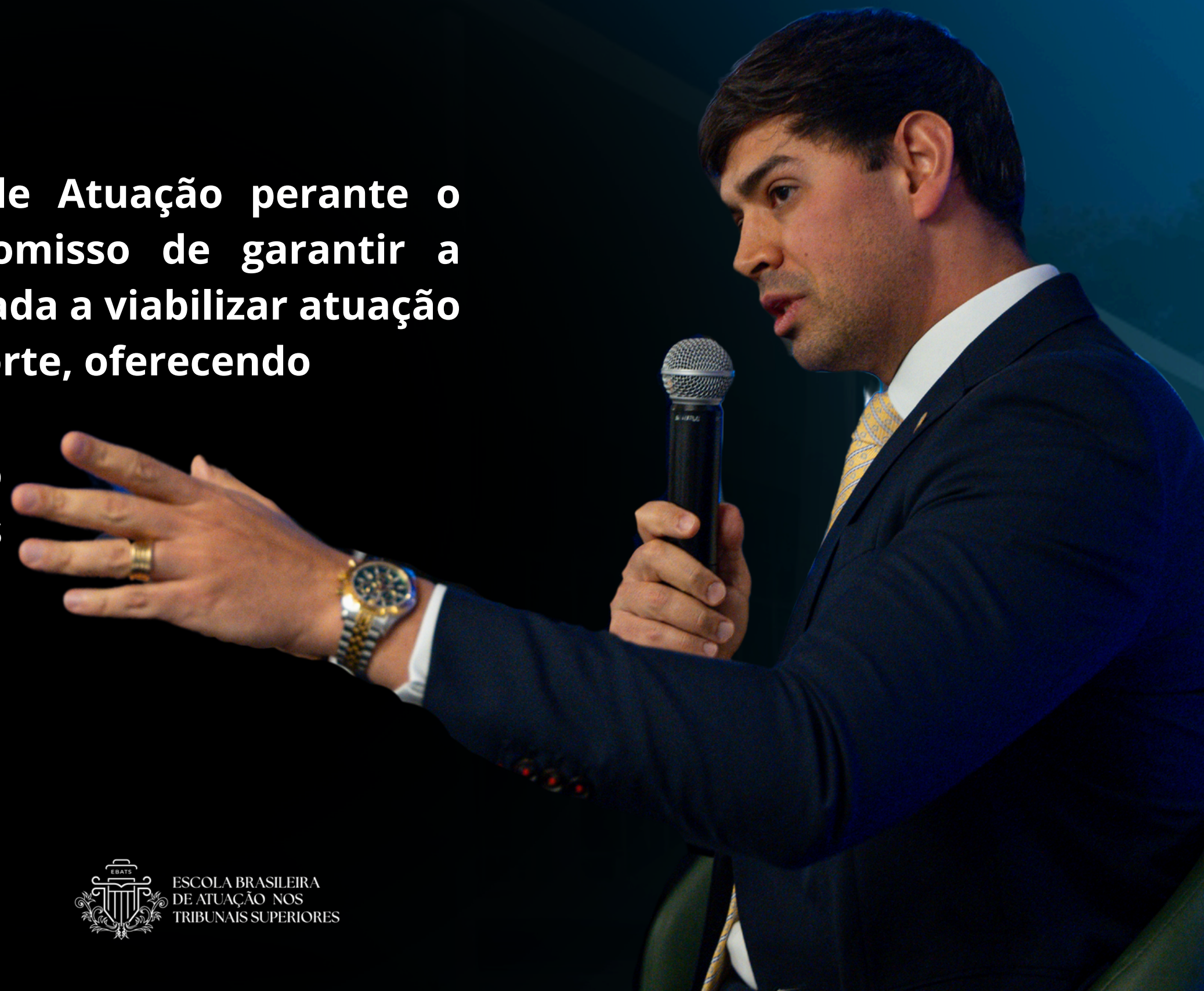
Esta especialização é promovida pela Faculdade Supremo e autorizada pelo MEC.

CONHEÇA



APRESENTAÇÃO GERAL DO PROGRAMA

O programa de Pós-Graduação na área de Atuação perante o Supremo Tribunal Federal tem o compromisso de garantir a qualificação profissional de seus alunos voltada a viabilizar atuação estratégica e eficiente perante a Suprema Corte, oferecendo conhecimento não apenas dos precedentes, mas do desenho deliberativo do Tribunal, do Regimento Interno e de nuances práticas decorrentes da complexificação da jurisdição constitucional em sentido amplo.



OBJETIVOS

O principal objetivo da pós-graduação é o tornar cada especialista uma referência na atuação perante o Supremo Tribunal Federal, formando-os com excelência quanto aos aspectos teóricos e práticos inerentes ao desenho deliberativo da Corte, ao funcionamento dos plenários físico e virtual, à visão do Supremo como Corte de precedentes na Era Digital e às peculiaridades técnico-jurídicas relativas às principais classes processuais de competência do Tribunal, permitindo atuação estratégica e eficiente perante a Corte, voltada à obtenção de resultados.

Além disso, tem também os seguintes objetivos específicos:

01

Proporcionar conhecimento aprofundado sobre aspectos teóricos e práticos capazes de potencializar a eficiência da atuação perante o Supremo Tribunal Federal

02

Favorecer o aprendizado das peculiaridades técnico-jurídicas dos processos de competência do Supremo, habilitando os profissionais a oferecerem soluções a casos complexos

03

Elevar a capacidade dos operadores do Direito de compreender as variáveis envolvidas na atuação em casos de maior relevo perante a Suprema Corte

04

Promover a imersão do aluno em molduras conceituais e temáticas centrais debatidas no Supremo Tribunal Federal

CONDIÇÕES GERAIS

Público-alvo



Procuradores, defensores, promotores e, em especial, advogados interessados em dominar as técnicas necessárias à atuação exitosa perante o Supremo Tribunal Federal, considerado o contexto de democratização do acesso à Corte.

Pré-requisito



Diploma de curso superior em Direito, reconhecido pelo MEC; e inscrição na OAB ou cargo nas principais carreiras jurídicas.

Processo seletivo



Análise curricular e entrevista feitas pela Escola Brasileira de Atuação nos Tribunais Superiores.

Duração



18 (dezoito) meses de duração máxima, com carga horária total de 360 horas, conforme exigido pelo MEC.

METODOLOGIA DE ENSINO/APRENDIZAGEM

O curso obedece aos padrões legais estabelecidos pelo MEC para a Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de especialização, oferecidos à distância.

A plataforma on-line é acessível 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana. Uma vez inscrito, o participante cumprirá roteiro de aprendizagem segundo sua própria disponibilidade de tempo.

As aulas do módulo especial serão ministradas ao vivo e estarão disponíveis até o encerramento do curso para aqueles que não puderam assistir ao vivo.

Haverá dois encontros presenciais em Brasília, de modo a estimular o debate e a interação entre os alunos.

A Plataforma Utilizada

A plataforma utilizada constitui ferramenta completa de gerenciamento integrado de cursos on-line, utilizado para ensino, pesquisa e colaboração entre educadores.

APLICAÇÃO

1º Passo

PREENCHER A APLICAÇÃO

O candidato deverá se inscrever no site, preenchendo o formulário completo.

2º Passo

ENTREVISTA

A equipe de admissão realizará a análise do perfil e informações enviadas em até 48 horas úteis. Se aprovado na primeira etapa, o candidato receberá contato para agendar entrevista por vídeo.

3º Passo

CONFIRMAÇÃO DA MATRÍCULA

Em caso de aprovação, o candidato deverá entregar sua documentação para a matrícula, assinar o contrato e efetuar o pagamento.

MATRÍCULA

Os documentos do ALUNO exigidos pela FACULDADE SUPREMO

- a) Diploma de Graduação (frente e verso).
- b) Histórico Escolar de Graduação.
- c) Documento de Identidade RG (frente e verso).
- d) Documento de CPF.
- e) Certidão de nascimento ou de Casamento.
- f) Comprovante de endereço.
- g) Contrato de prestação de serviços preenchido e assinado.
- h) Termo do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

GRADE CURRICULAR

Módulo Tradicional

Tópicos Avançados sobre o Sistema Recursal do CPC/2015

Teoria Geral dos Recursos Excepcionais

Sistema Brasileiro de Precedentes

Tópicos Avançados de Direito Processual Penal

Módulo Especial

Corte de Precedentes na Era Digital, Plenários Físico e Virtual

Tópicos Especiais sobre Recurso Extraordinário

Aspectos práticos relativos a ARE/RE

Tópicos Especiais sobre Reclamação Constitucional

Tópicos Especiais sobre Habeas Corpus e Ação Penal Originária

Tópicos Especiais sobre Habeas Corpus

Sustentação Oral, Memoriais e Despacho com Ministros

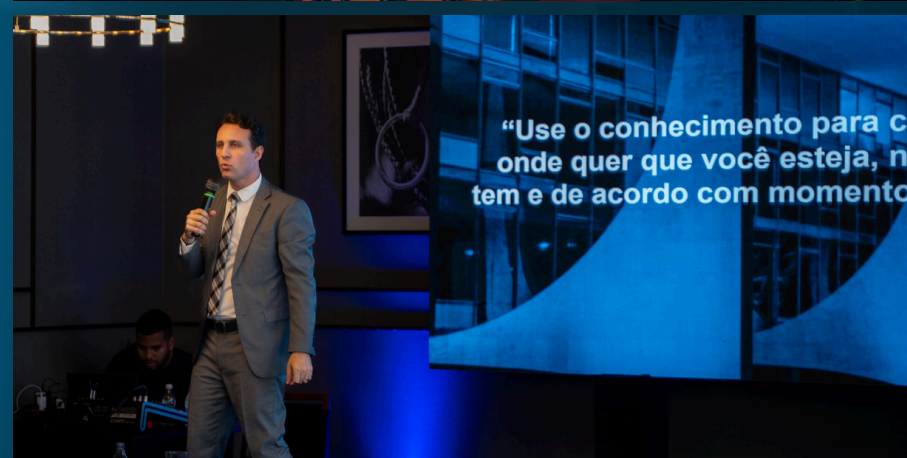
Mandado de Segurança

Inteligência Artificial no Supremo Tribunal Federal

**Novas Técnicas de Decisão do Supremo Tribunal
Federal**

Extradição

ALGUNS REGISTROS DOS ENCONTROS PRESENCIAIS



O QUE OS NOSSOS ESPECIALISTAS DIZEM



COORDENADOR ACADÊMICO

William Akerman



Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Assessor-Chefe de Ministro do Supremo Tribunal Federal no Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal. Membro Consultor da Comissão de Integração com os Tribunais Superiores do Conselho Federal da OAB. Membro do Grupo de Trabalho sobre Reconhecimento de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça. Professor da Escola Superior de Advocacia Nacional. Ex-Procurador do Estado do Paraná. Doutorando em Direito. Mestre em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Católica de Petrópolis. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Organizador e coautor do livro Pacote Anticrime: análise crítica à luz da Constituição Federal e coautor das obras Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal e da Coleção 80 anos do Código Penal, volume 1, todas da Editora Revista dos Tribunais. Organizador e coautor do livro Mandado de Segurança e Mandado de Injunção no Supremo Tribunal Federal da Editora Juspodivm. Organizador e coautor dos livros Controle Concentrado de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, Reclamação Constitucional no Supremo Tribunal Federal e Novo Perfil de Atuação da Defensoria Pública, todos da Editora Sobredireito.

CORPO DOCENTE

WILLIAM AKERMAN GOMES



Titulação: Doutorando

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Assessor-Chefe de Ministro do Supremo Tribunal Federal no Tribunal Superior Eleitoral. Ex-Assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal. Membro Consultor da Comissão de Integração com os Tribunais Superiores do Conselho Federal da OAB. Membro do Grupo de Trabalho sobre Reconhecimento de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça. Professor da Escola Superior de Advocacia Nacional. Ex-Procurador do Estado do Paraná. Doutorando em Direito. Mestre em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa. Pós-graduado em Direito Público pela Universidade Católica de Petrópolis. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Organizador e coautor do livro Pacote Anticrime: análise crítica à luz da Constituição Federal e coautor das obras Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal e da Coleção 80 anos do Código Penal, volume 1, todas da Editora Revista dos Tribunais. Organizador e coautor do livro Mandado de Segurança e Mandado de Injunção no Supremo Tribunal Federal da Editora Juspodivm. Organizador e coautor dos livros Controle Concentrado de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, Reclamação Constitucional no Supremo Tribunal Federal e Novo Perfil de Atuação da Defensoria Pública, todos da Editora Sobredireito.

SAUL TOURINHO LEAL



Titulação: Doutorado

Advogado sócio do escritório Tourinho Leal Drummond de Andrade Advocacia. Pós-doutor (Humboldt, Alemanha) e Doutor (PUC/SP) em Direito Constitucional. Ex-assessor estrangeiro da Corte Constitucional da África do Sul e da vice-presidência da Suprema Corte de Israel.

RODRIGO L. CANALLI



Titulação: Mestrado

Assessor da Presidência do Supremo Tribunal Federal. Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Competition, Innovation and Information Law pela New York University School of Law; International Law and Human Rights Fellow no Center for Human Rights and Global Justice da NYU School of Law; Ex-editor do NYU Journal of Intellectual Property and Entertainment Law. Professor.

HUMBERTO DALLA



Titulação: **Doutorado**

Desembargador do Tribunal de Justiça no Estado do Rio de Janeiro. Pós-Doutor pela University of Connecticut School of Law. Doutor, Mestre e Graduado pela UERJ. Professor Titular de Direito Processual Civil na UERJ, na Estácio e no IBMEC. Ex-Promotor e Ex-Procurador de Justiça no Estado do Rio de Janeiro. Professor Emérito da Fundação Escola do Ministério Público do Rio de Janeiro (FEMPERJ) e Conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Palestrante na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e na Escola Nacional de Magistratura (ENM). Editor da Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP) e Coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório da Mediação e da Arbitragem (CNPQ). Membro do Instituto dos Magistrados Brasileiros (IMB), do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP), da Associação Internacional de Direito Processual (IAPL) e da Confêrencia Universitária Internacional para el Estúdio da la Mediación y el Conflicto (CUEMYC). Examinador de concursos públicos nas áreas acadêmica, processual e extrajudicial.

BERNARDO GUIDALI



Titulação: **Especialista**

Delegado de Polícia Federal com atuação nos inquéritos criminais que tramitam no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça. Especialista em Direito de Polícia Judiciária pela Escola Superior de Polícia (CESP/ANP). Professor da Academia Nacional de Polícia.

CHRISTIANO LEONARDO GONZAGA GOMES



Titulação: **Mestrado**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito Penal Econômico. Ex-Defensor Público do Estado de Minas Gerais. Professor de Direito Penal, Processo Penal e Criminologia de cursos preparatórios e da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais.

DENIS ANDRADE SAMPAIO JUNIOR



Titulação: **Doutorado**

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Titular do II Tribunal do Júri da Capital. Integrante da Banca Examinadora do Concurso para Ingresso na carreira da Defensoria Pública do Rio de Janeiro em 2018 e 2021. Doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Lisboa. Visiting student na Faculdade de Bologna – Itália. Mestre em Ciências Criminais pela UCAM – RJ. Membro Honorário do IAB.

RAFAEL RENNER



Titulação: **Doutorado**

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Integrante da Banca Examinadora do Concurso Público para Ingresso na carreira da Defensoria Pública do Rio de Janeiro em 2018 e 2021. Doutor em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

FELIPPE BORRING ROCHA



Titulação: **Doutorado**

Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Graduado em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto de Direito Processual Civil na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de cursos de pós-graduação e preparatórios para concursos públicos. Articulista, palestrante e autor, dentre outros, dos livros Teoria Geral dos Recursos Cíveis, Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Princípio da Jurisdição Equivalente. Membro do IAB e do IBDP. Parecerista da Revista de Direito da EMERJ e da Revista Juris Thesis.

ETIENE MARTINS



Titulação: Mestrado

Juiz Federal. Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal (STF). Doutorando pela Universidade de Oxford. Mestre (LL.M.) pela Universidade de Harvard.

FILIPE HERMANSON



Titulação: Doutorado

Procurador do Município de Mogi das Cruzes-SP. Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Doutor e Mestre em Direito do Estado (concentração em Direito Constitucional) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

JOSÉ MARCOS V. RODRIGUES



Titulação: Mestrado

Mestre em Direito Público pela UERJ. Procurador do Município do Rio de Janeiro. Ex-Assessor de Ministro do STF. Professor de Direito Constitucional.

ALEXANDRE MORAIS DA ROSA



Titulação: **Doutorado**

Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Doutor em Direito (UFPR), com estágio de pós-doutoramento em Direito (Faculdade de Direito de Coimbra e UNISINOS). Mestre em Direito (UFSC). Professor do Programa de Graduação, Mestrado e Doutorado da UNIVALI. Membro do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação - CGOVTI no âmbito do TJSC (2022-2024). Membro Honorário da Associação Ibero Americana de Direito e Inteligência Artificial/AID-IA. Pesquisador de Novas Tecnologias, Big Data, Jurimetria, Decisão, Automação e Inteligência Artificial aplicadas ao Direito Judiciário, com perspectiva transdisciplinar. Coordenador do Grupo de Pesquisa SpinLawLab (CNPq UNIVALI). Ex-Juiz Auxiliar no STF.

FERNANDO MELO



Titulação: **Mestrado**

Juiz Federal da Justiça Militar. Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal Militar (STM). Presidente da Associação dos Juízes Federais de Justiça Militar (AJUFEM). Doutorando e Mestre em Direito. Ex-Procurador do Estado do Tocantins. Ex-Subprocurador do Estado do Tocantins em Brasília, com atuação no Supremo Tribunal Federal e demais Tribunais Superiores. Ex-Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ex-Juiz Ouvidor das Eleições Gerais de 2018. Professor de cursos de pós-graduação lato sensu e de cursos preparatórios para concursos públicos.

SAUVEI LAI



Titulação: **Mestrado**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ex-Membro-auxiliar da PGR. Mestre em Direito. Ex-Membro do grupo de trabalho da sub-relatoria da revisão do novo Código de Processo Penal na Câmara dos Deputados. Autor do anteprojeto de lei n. 4.939/2020 sobre provas digitais e outros assuntos. Ex-Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro.

PÉRICLES SOUSA



Titulação: **Mestrado**

Procurador da Fazenda Nacional (ex-Coordenador-Geral da Atuação da Fazenda junto ao STJ, ao TST, ao TSE e à TNU). Ex-Assessor de Ministro do STF. Mestre em Direito Constitucional, pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Filosofia e Teoria do Estado, pela Universidade de Lisboa. Doutorando em Sociologia Política, pela Universidade de Coimbra.

ES
TD.



20
24

ESCOLA BRASILEIRA DE ATUAÇÃO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES